



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0500/03	DATA: 14/05/03
INÍCIO: 15h03min	TÉRMINO: 16h55min	DURAÇÃO: 01h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h52min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 23
REVISÃO: Irma, Liz, Tatiana, Veiga		
CONCATENAÇÃO: Neusinha		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Elaboração de roteiro de trabalho da Comissão e apreciação de requerimentos constantes da Pauta nº 1.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar operações no setor de combustíveis relacionadas à sonegação de tributos, à máfia, à adulteração e a supostas indústrias de liminares — a CPI do Combustível. Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da reunião anterior. Estando as cópias já distribuídas, indago se fica dispensada a leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Em votação a solicitação. Em discussão a Ata. Alguém abre mão da Ata? (*Pausa.*) Os Deputados aprovam. A presente reunião destina-se à elaboração do roteiro do trabalho e apreciação do requerimento constante da Pauta nº 1. Os companheiros que estiverem aí podem... Os Parlamentares poderiam... Já havendo requerimentos apresentados, a partir dos quais se poderá traçar a agenda inicial dos trabalhos, que poderá ser alterada conforme o andamento das nossas atividades. Antes de franquear a palavra aos senhores membros, esta Presidência gostaria de apresentar algumas observações que auxiliarão no desenvolvimento do nosso trabalho. Sendo assim, solicito aos Srs. Deputados que, sempre que desejarem sugerir nomes a serem ouvidos em audiência pública, requerer diligências, tomar depoimentos de autoridades, requisitar documentos etc., apresentem requerimento por escrito determinando as condições em que o depoente comparecerá à reunião, se na qualidade de testemunha ou convidado. Os requerimentos deverão ser encaminhados com antecedência à Secretaria da Comissão para serem numerados e publicados na Ordem do Dia. Reitero aos Srs. Deputados que a apreciação de requerimentos extrapauta só será possível quando antecipado de votação de outros requerimentos de um terço dos membros da CPI, solicitando tal procedimento o art. 51, inciso V, do Regimento Interno da Casa... Art. 52, do inciso V, do Regimento Interno da Casa. Peço ainda aos membros pares que se inscreverem para falar que declinem os seus nomes para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Inicialmente, concedo a palavra ao Relator, Deputado Carlos Melles, para suas considerações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Concedida.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, os outros requerimentos... V.Exa. tratou do primeiro requerimento, é isso? Só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Não, o art. 52 do inciso V do Regimento Interno, ele tem uma norma de requerimento. Então, os requerimentos... Nós temos hoje oito requerimentos, que foram entregues no seu prazo legal. Foi publicado em pauta, na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Entrou na pauta hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Entrou na pauta hoje. Se, por acaso, algum Deputado quisesse ter seu requerimento aprovado hoje, ele teria que ter um terço dos Deputados. Aí, entraria na extrapauta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Então, na pauta, serão votados? Foi essa a pergunta. Serão votados, não serão votados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Não. Na pauta, serão votados oito requerimentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Hoje.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Depois do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Depois, nós marcaremos uma outra reunião ordinária com os outros requerimentos que entraram na extrapauta. Se, por acaso, algum Parlamentar sentir a necessidade de o seu requerimento ser hoje, é só ele ter um terço dos Parlamentares aqui membros da Casa, que a gente bota em votação na extrapauta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – A minha observação é que eu vejo que os Requerimentos nº 3 e o 5 tratam da mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quando nós formos elaborar o roteiro de trabalho, quando formos ler, o Relator vai sugerir uma metodologia de trabalho e, aí, nós vamos estar... Porque tem alguns requerimentos que entraram agora que, de repente, a convocação não vai ser de imediato, vai ser mais na frente, a partir do requerimento. Isso não quer dizer que é o um ou o dois que vai ter prioridade.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Após a explicação do Relator nós vamos ver quem é que vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Uns requerimentos serão votados de imediato e uns depois. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – O.k., Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – O Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Sr. Presidente Carlos Santana, Sras. e Srs. Deputados, como faço em qualquer atividade que estou começando, louvo e agradeço a Deus e peço a sua proteção para que a gente tenha sucesso em desempenhar esse trabalho, e que o fruto dele seja para a melhoria do bem comum e da qualidade de vida das pessoas. Confesso aos companheiros Parlamentares que relutei muito a aceitar essa relatoria. E estou aceitando essa relatoria como uma missão, como um trabalho que entendo que podemos realmente contribuir, ser agentes pró-ativos, propositivos, no sentido de resolvermos um problema tão grave e que aflige a nossa sociedade, sobretudo a sociedade de consumo. Entendo que, ao longo desse processo... Não sou especialista na área, tenho na Assessoria da Casa, onde entendo que repousa a nossa melhor contribuição, e conversando com o meu caro Presidente Carlos Santana, que há mais de sete ou oito anos dedica-se e tem conhecimento sobre esse assunto, certamente como outros Parlamentares aqui com experiência no setor, como o Deputado Luciano Zica e outros mais. Quero dizer aos companheiros que talvez pudéssemos fazer uma CPI de uma forma diferente, uma CPI que não fosse, primeiro, policialesca, e que chamasse a atenção, até porque a imprensa já o fez com absoluta maestria, dando cobertura, ao longo desses oito, nove anos, de todo o acontecimento no setor de combustíveis do País. Algumas CPI, sobretudo a CPI do Estado de Pernambuco, ela vem muito completa. Nós temos companheiros Parlamentares aqui que presidiram CPIs. São Paulo está terminando uma CPI, a Paraíba não conseguiu instalar, mas tem subsídios, Brasília está instalando um CPI, a Bahia parece que tentou e não foi instalada uma CPI, Mato Grosso do Sul e no Rio também têm assuntos dessa natureza. Entendo, como



qualquer um dos senhores companheiros Parlamentares, pela experiência que têm, a competência que têm, que todo setor que foi muito fechado, que foi muito regulamentado, sobretudo esse onde o petróleo era nosso, na medida em que se abre, você não tem a dose certa da abertura, você não sabe se abriu demais, se abriu de menos. E a verdade é que a abertura que outros países fizeram, e que vamos trazer a experiência de outros países também, porque é importante que todos tenhamos esse caldo de cultura para saber como é que foi a abertura no setor de combustíveis no mundo, em países, mais recente, sobretudo como a Itália, que também deu trabalho, para que a gente possa entender que o que estamos passando é um processo de aperfeiçoamento e que cabe agora a nós, Congressistas, apresentarmos soluções ou aperfeiçoamentos em cima da causa, e não dos efeitos. O que causa esse mal-estar, o cerne, é o processo tributário. O cerne de tudo isso é o processo tributário, no qual nós deveremos realmente nos debruçar. Trocando idéias com o nosso Presidente, se nós entrarmos primeiro num processo criminal e policialesco, podemos perder esse foco e fazer com que a CPI não tenha os resultados, seja pró-ativa, como a gente espera que seja. Quero também deixar registrado de público que, ao concordar em assumir a relatoria, conversei com o Executivo, uns mais, outros menos. Quero dizer que há uma vontade do Executivo em nos apoiar nas propostas que por nós forem emanadas aqui desta Comissão. A reforma tributária está encaminhada à Casa, o momento é convergente, é propício. E, seguramente, se soubermos usar desse momento, da força política de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e levarmos aos nossos pares, ou seja, a todo o Congresso, podemos ser felizes numa atividade, com atitudes que melhorariam muito o desempenho dessa atividade. Portanto, os requerimentos aqui colocados, nós obviamente vamos discutir. Mas, quando se aprova a ANP, aqui nós estamos aprovando o seu Presidente e a sua Diretoria. E é nesse sentido que entendo que deveríamos reservar um dia todo para a ANP, que nós obviamente temos como dever reforçar e prestigiar a Agência Nacional de Petróleo, porque é um órgão regulador novo, mas que também, à luz de outros países, no desempenho que já teve, na medida em que ela amadurecer, o desempenho vai, obviamente, satisfazer a sociedade. Então, o nosso Embaixador, Sebastião do Rego, e a nossa Agência, estaria. A nossa Polícia Federal, nós



deveremos ouvir, e o Presidente já sugeriu, então, o Dr. Cláudio Nogueira. O SINDICOMB e o SINDICOM também. E eu anexaria, para a gente fazer de uma forma mais didática o processo, os Relatores das CPI instaladas e ouvir os Estados, com seus Governadores, os problemas, porque vai passar por um processo tributário estadual, e que a gente também fizesse uma parceria nesse sentido. Mas, enfim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as minhas palavras são no sentido de que, primeiro, essa CPI seja mais eficiente, e a gente possa tê-la como a mais eficaz, atuando na causa do problema. E a causa do problema, ele deriva muito ou quase todo do sistema tributário. Deriva de um setor ser absolutamente fechado e, agora, desregulamentado. E toda desregulamentação, por muito eficiente que qualquer país tenha a sua parte jurídica, legislativa e tributária, não acompanha o processo. Acho até que demorou muito essa revisão tributária do setor. Mas espero que, em tempo, a gente possa corrigir esses erros. Na próxima reunião, entendo que a gente vai poder trazer uma visão global do setor, para que a gente ordene esse calendário de audiências e ele seja, então, o mais propositivo e eficiente possível para o desenvolvimento de um bom trabalho desta CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Gostaria que a lista dos Parlamentares que vão falar chegasse à mesa, por favor.

O primeiro é o Deputado Bassuma.

O SR. DEPUTADO BASSUMA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, funcionários que trabalham tecnicamente assessorando esta Comissão, quero externar aqui toda a minha confiança na instalação desta CPI importantíssima, porque o combustível é o motor e a base da nossa economia no Brasil. O País anda sobre quatro rodas. Eu queria só, Sr. Relator, ajudar na sua preleção inicial e contribuir com uma informação. Quero concordar integralmente quando V.Exa. diz que é preciso aproveitar as experiências que já estão avançadas em alguns Estados. V.Exa. citou vários Estados — e acho que daí é uma contribuição extraordinária para esta CPI nacional —, onde os Estados cumpriram bem a sua missão, para nós não termos que repetir o trabalho que já está todo pronto. Nesse ponto V.Exa. foi muito feliz e quero só concordar integralmente. Só quero anexar nessa... É importante frisar que no meu Estado, a Bahia... Infelizmente a Bahia não terá nada para contribuir. E V.Exa. que citou se a Bahia não teria instalado... A Bahia



instalou uma CPI. Foi difícil instalar no meu Estado. Eu lutei anos e anos a fio nessa questão. Eu trabalhei na PETROBRAS muito anos, como gerente na PETROBRAS e, depois, como sindicalista. Então, tenho experiência técnica muito grande nesse setor. É uma área em que atuo como minha bandeira principal de vida – como Vereador, em Salvador; como Deputado Estadual e agora, como Federal. A CPI foi instalada lá e V.Exa. vai ficar perplexo em saber que algumas CPIs terminam em *pizza*. Pois a nossa, da Bahia, nem em *pizza* terminou, porque nem o relatório foi entregue. Ela foi prorrogada por mais três meses quando me retirei denunciando que a CPI não queria fazer nada, impedia flagrantemente qualquer iniciativa que os Deputados que queriam atuar... Como está tudo documentado, vou trazer para esta CPI na próxima sessão e entregar cópia para todos os Parlamentares. Mas o Presidente da CPI impediu de funcionar e o Relator nunca entregou relatório. Quando me retiro dessa CPI – porque era eu quem cobrava a CPI para andar –, passou três meses sem dar *quorum* nenhum. A CPI sequer deu *quorum*. E não entregou relatório. Não quero me alongar muito. Só quero dizer que a Bahia, infelizmente, por não ter feito o dever de casa... Não foi por minha falta de vontade e esforço, mas porque, infelizmente, a maioria dos Deputados daquela CPI fez coro com o Presidente, que impediu a CPI de andar. E fico muito feliz em dizer que temos um Deputado do PT presidindo a CPI e um Relator do PFL. Acho que isso demonstra inequivocamente o interesse da total imparcialidade do encaminhamento da CPI. O único requerimento que fiz, Sr. Presidente, por enquanto, e que está aqui, é para que pudéssemos disponibilizar uma linha especial... Porque tem pessoas que têm medo de externar. No meu Estado, deparei com isso várias vezes. Pessoas tinham medo de externar suas acusações, suas denúncias, porque tinham medo de retaliações, de perseguições ou mesmo de outras ações mais severas. Para que nós pudéssemos colocar isso... E deixo já de antemão, Deputado Carlos Santana, para V.Exa. e para o Relator que, como a Bahia infelizmente não vai ter nada a contribuir, porque a CPI de lá nem sequer relatório apresentou – pior do que *pizza* – teremos que, no meu Estado, infelizmente, dar uma atenção mais cuidadosa. Então, peço essa atenção especial a todos os membros desta CPI, em especial a V.Exa., como Relator, e ao Presidente. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero só avisar ao Parlamentar Bassuma que já existe um 0800, que depois divulgaremos os números, e um *site* também, já para ter todas as informações. Então, depois vamos passar...

O SR. DEPUTADO BASSUMA – É específico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Específico da Casa, que pega toda essa questão das denúncias. Porque aí vamos poder usar. (*Pausa.*) O próximo é o companheiro Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Prezado Presidente, Deputado Carlos Santana, prezado Relator, Deputado Carlos Melles, quero desde já, Deputado Carlos Melles, agradecer a referência ao resultado da CPI dos Combustíveis do Estado de Pernambuco. Integramos aquela CPI e, por quase seis meses, e não apenas no Estado, mas também nos vizinhos Estados de Alagoas e mais próximos – o Ceará, o Piauí e o Estado do Maranhão –, trocamos experiências, fizemos levantamentos conjuntos com as Secretarias Estaduais de Fazenda, o Ministério Público Estadual e a Polícia Federal, tamanhas as articulações e os entrelaces ocorridos, e que ainda ocorrem, entre distribuidoras, transportadoras, revendedoras retalhistas, postos de combustíveis, tendo como um dos seus últimos fins a sonegação fiscal. Agradeço, em nome daqueles que lá estiveram conosco, especialmente do ainda hoje Deputado Estadual Augusto Coutinho, do vosso partido, o PFL e, posteriormente, da Deputada Teresa Duere, também do PFL, hoje, conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. (*Pausa.*) Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomei a iniciativa de listar aqui alguns pontos que me parece representariam, num primeiro passo, um roteiro bastante consistente para que esta CPI buscasse o diálogo com as autoridades públicas e, a partir desse diálogo, construir a etapa subsequente. Creio que haverá consenso entre os membros desta CPI quanto à importância, num primeiro momento, de estarmos aqui com os dirigentes da Agência Nacional do Petróleo. Ao mesmo tempo, creio também ser importante estarmos aqui com a direção da PETROBRAS e da Receita Federal, entes federais que vêm sofrendo, em várias Unidades da Federação, a ação orquestrada de segmentos do comércio de combustíveis, distribuidoras, transportadoras, revendedoras retalhistas, quase sempre buscando liminarmente somas expressivas de recursos, tendo como pano de fundo de suas ações o



entendimento do não-recolhimento de impostos e contribuições. E me referia na sessão anterior, de maneira informal, ao Presidente Carlos Santana, de dois episódios recentes contra a Receita Federal, na região fiscal onde se localiza o Estado de Pernambuco, um deles, inclusive para surpresa nossa, tendo como autoria empresa já fiscalizada na CPI dos Combustíveis em Pernambuco e que, preliminarmente, constatávamos à época que os documentos que constituíam e identificavam a empresa à Junta Comercial do Estado eram documentos falsificados. Pois pasmem, Srs. Deputados, que recentemente uma dessas empresas conseguiu trazer para si, por uma medida liminar, 8 milhões de reais contra a Fazenda Federal. Então, entendo que, assim como propuseram os Deputados a convocação dos dirigentes da Agência Nacional do Petróleo, creio que também seria importante, nessa primeira fase, ouvirmos a Receita Federal, frente as inúmeras pendências judiciais e fiscais nas regiões fiscais, a PETROBRAS, que tem sido vítima liminarmente como assistimos no Estado do Maranhão, no ano de 2000, várias ações junto à Justiça pelo não-recolhimento antecipado do ICMS nas distribuidoras. Quero também acreditar, Sr. Presidente, que aqueles Estados que já concluíram CPIs ou que têm fortíssimos indícios da atuação dos esquemas, dos grupos, das estruturas ilícitas no setor de combustíveis, talvez fosse importante numa sessão desta CPI ouvirmos, por exemplo, as Secretarias de Fazenda de Estados como Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, e não sei se Minas Gerais ou se o Estado da Bahia, porque temos tomado conhecimento de que é tamanha a sofisticação do crime nesse segmento que forçou as Secretarias de Estado da Fazenda a também se sofisticarem. Algumas já tinham departamentos específicos só para o setor de combustíveis e lá, no Estado do Ceará, quando nos reunimos com a CPI de Pernambuco e os integrantes da Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, ouvimos relatos bastante densos da sofisticação, da capacidade de articulação desses que fazem, hoje, a máfia dos combustíveis ou as diversas ilegalidades no setor de combustíveis. Encerraria fazendo essas sugestões para ponderação dos Srs. Deputados, concordando com a convocação da Agência Nacional do Petróleo, da Receita Federal, da PETROBRAS e das Secretarias Estaduais de Fazenda, que os Srs. Deputados poderiam, consensualmente, indicar numa primeira etapa. Mas aproveito, Sr. Presidente, para que também pudéssemos, de forma preliminar,



termos um diálogo com as entidades que têm representação dos membros do Judiciário e do Ministério Público Federal e dos Estados. Isso porque eventualmente teremos, Sr. Presidente e nobre Relator, a responsabilidade de sermos forçados a convocar aqui um Juiz — um Juiz Federal, um Juiz Estadual —, tamanhos os tentáculos dessa estrutura, como hoje relata o *Correio Braziliense*, numa ampla manchete, o afastamento de um desembargador por indício de envolvimento com decisões, segundo os outros desembargadores, questionáveis, quanto ao não recolhimento de imposto. Então, eu encerraria, sugerindo que também buscássemos preliminarmente um diálogo com a Associação dos Magistrados, com entidade que representa o Ministério Público Federal e dos Estados, as confederações, para que não houvesse qualquer sombra de dúvidas da nossa firmeza, da nossa seriedade, do nosso equilíbrio quando, se necessário for, nos sentirmos aqui compelidos a convocar Juiz ou Procurador de Justiça ou membro de Ministério Público para que aqui venham depor ou contribuir com os trabalhos desta CPI. Seriam essas as ponderações para essa primeira fase que coloco para os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Só aviso aos membros da Comissão que o nosso 0800 é 0800619. O próximo... 0800619619. De novo, 0800619619. Isso. Nobre Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente, acho que vamos votar os requerimentos ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Claro.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Sim, mas eu queria apenas sugerir à Mesa e ao Relator e ao Presidente, pedir — a Mesa tem condições para isso —, pedir ao setor judiciário a relação das liminares concedidas, quem foram os que pediram, os juízes que autorizaram e, se possível, o que gerou isso aí, aí é a parte técnica, a assessoria da Casa poderia nos ajudar nisso, o que gerou de prejuízos aí para o Erário público, para o País. Então, isso aí é fundamental fazer. Na área de álcool, a COOPERSUCAR e o pessoal que trabalha na área podia já fornecer também a produção do ano, para que possamos fazer um levantamento e um comparativo aqui na Casa. Acho que nós vamos ter muito serviço interno, vamos ter bastante serviço. Acho que a assessoria técnica da Casa, nós temos uma boa assessoria, eu acho que vocês poderiam requisitar esse pessoal para fazer já um



trabalho de compilar, ajustar e fazer essa verificação para a relatoria, que é muito importante isso aí. Eu quero parabenizar o Relator, eu acho que nós, com essa CPI, se ela não conseguir nada, pelo menos, tapar os furos, para que esse procedimento não aconteça mais daqui para frente, nós teremos prestado um grande serviço para o País.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Eu queria, Sr. Presidente, comentar. Primeiro agradecer ao experiente amigo e colega, Deputado Marquezelli pela sua contribuição. A assessoria vai deixar permanentemente aqui e o Dr. Ricardo, que é o chefe da assessoria, e o Dr. Sílvio, que estava aqui neste momento, pessoas ligadas às áreas tributária e fiscal, direito penal e assessores que conhecem bem a área também de combustíveis. Na primeira, nas duas primeiras, talvez, do SINDICOM, os dois sindicatos estão muito preparados e com muitos números, o que não invalida que nós já pedimos à Casa que o banco de dados aqui seja, obviamente, bem feito e bem atualizado. Eu queria aproveitar o Deputado Paulo Rubem para agradecer as palavras e dizer o seguinte: nós também vamos pedir ao Sr. Presidente que a gente já faça aos governos estaduais, com cópia ao respectivo Secretário da Fazenda, para que a gente ouça num dia os Secretários ou todos os Estados e a gente tenha também uma noção de por onde pode caminhar essa unificação tributária, que é o grande desencontro de contas em todos os Estados. Mas, enfim, eu tenho impressão que a semana que vem vamos ter iniciado esse quadro e a assessoria também está vendo, eu repito, o que foi a desregulamentação em outros países para que a gente tenha uma noção do ocorrido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado Nelson Marquezelli, só para orientar, nós já temos um vasto número de documentos que foi encaminhado para nós. Nós já temos essa relação de todos os juízes, os prejuízos que foram feitos no Brasil todo. Ao mesmo tempo, de todas as CPIs que foram montadas nos Estados nós já estamos também com relatórios. E, aí, cada Parlamentar da Comissão tem direito depois de examinar o material, aprofundar, até para seu desempenho. Quero passar para o nobre Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu amigo Carlos Melles, nosso Relator, eu queria, primeiro, cumprimentá-lo pela



relatoria, como já cumprimentei nosso Presidente pela sua eleição, e deixar aqui algumas sugestões de procedimentos para esta CPI. Primeiro, eu queria dizer que concordo que nós não devamos ser uma CPI policalesca. Entretanto, acredito que não podemos abrir mão do nosso poder de polícia, sem ser polialesco. Nós temos, porque estamos diante de quadrilhas organizadas internacionalmente, com certeza. E eu citaria alguns casos. Tenho aqui em minhas mãos agora com um caso escandaloso que a imprensa do Distrito Federal noticia no *Correio Braziliense* de hoje, o afastamento do Juiz Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Sr. Jorge Riera, que foi o Juiz que concedeu liminares que deram prejuízos de 178 milhões nas contas da PETROBRAS, num único processo. Então, não tenho a menor dúvida de que estamos diante de uma quadrilha que tem envolvimento internacionais, com certeza, muito dinheiro nas Ilhas Virgens, nas Ilhas Cayman, em paraísos fiscais, de uma forma geral. Por outro lado, eu tenho já uma lista de juízes que são contumazes concedentes de liminares sem o devido cuidado. Conceder liminar, eu acho que é inerente à atividade do juiz para a interpretação do cumprimento da lei. No entanto, quando se trata do questionamento do pagamento de um tributo, o juiz, ao conceder a liminar, tem um pressuposto básico, que é reter o valor referente aos tributos numa conta, para que, no momento que a liminar for julgada e cassada, o dinheiro esteja acessível. E os juízes que, historicamente estão concedendo as liminares, não tomam esse cuidado: quando a liminar é cassada, o dinheiro já está no exterior e não há como reavê-lo. Então, nós teremos que fazer um trabalho de polícia, sim, sem ser polialesco, sem fazer *show*, até para valorizar e qualificar o nosso trabalho. A outra questão que me preocupa, nós temos hoje, eu tenho denúncias de empresas fabricantes de tinta que importam solventes, em tese, para fabricar tinta, não fabricam uma única gota de tinta e transferem o solvente clandestinamente para empresas comercializadoras de gasolina. Há inclusive rotas de importação de solventes que, por omissão da ANP e da Polícia Federal, ainda não foram desfeitas com portos brasileiros que recebem. Há um caminho conhecido. Então, nós teremos que exercer o nosso papel de Polícia. Há também outras questões. E, aí, eu queria propor como procedimento para a CPI, frente à gama de dificuldades que nós vamos enfrentar, que nós aprovássemos o conjunto de requerimentos que estão colocados aqui e que estabelecêssemos uma ordem



hierárquica de audiências públicas. A primeira, eu acho que na primeira audiência nós temos de ouvir a ANP, que é, no limite, a quem compete a fiscalização primeira. Ouvir, não precisa ser só a ANP na primeira audiência, mas ela tem que estar na primeira audiência. Ouvir o SINDICOM. Já há um requerimento do Deputado Carlos Santana, e eu apresentei um hoje que entraria, vou pedir, inclusive, para apensar o meu, nesse sentido de ouvir um representante das empresas, talvez, ouvir um representante das empresas de bandeira branca, sem marca, que tem uma associação também. Ouvir os segmentos organizados que têm no setor. E, depois disso, convocar os potenciais fraudadores, que são conhecidos. Cada um de nós tem a lista de requerimentos a apresentar. E, num momento seguinte, organizar diligências em alguns lugares, não com papel policialesco, mas para podermos acompanhar as armadilhas que há. Estou diante de uma situação que eu queria trazer a público, que é uma demanda que está acontecendo na minha cidade, no meu local de trabalho, que é a Refinaria de Paulínia, da semana passada para esta semana. Por omissão da Agência Nacional de Petróleo, logo depois da abertura e da concessão de licença para instalação de distribuidores, houve uma proliferação de distribuidoras, de endereço num telefone celular num carro parado numa rodovia qualquer. Lá na Base de Paulínia se construíram duas ou três bases que alugam tanques para essas distribuidoras. Por incrível que possa parecer, durante três anos foram efetuados bombeamentos de derivados de petróleo da Refinaria de Paulínia para esses terminais, em tubos de plástico, de PVC. Contrariando qualquer norma de segurança ambiental, de segurança pública, de defesa de direito do cidadão, funcionou durante três anos o bombeamento por esses tubos de PVC lá. E há uma demanda na Justiça nesta semana, e a PETROBRAS avisou há dois meses que cortaria o fornecimento, se não fosse feita a ligação nos tubos de aço carbono. E agora a demanda está parada na Justiça e a PETROBRAS quer exigir um contrato que garanta seriedade e seletividade nessa questão. Então, nós temos hoje uma gama de problemas muito grande. Então, eu queria propor que não atropelemos, que ouçamos as experiências, mas que ouçamos primeiro a ANP, depois as experiências das Assembléias Legislativas, numa única audiência, na minha opinião, para não alongar muito, os Secretários da Fazenda, já que há um problema fiscal grave. Eu queria dar uma informação também a esta CPI de que nós sugerimos, e o



Ministério de Minas e Energia já assumiu que vai encaminhar uma solução para uma questão que para mim é triste que tenhamos de recorrer a ela, uma ação declaratória de constitucionalidade da CIDE, PIS, COFINS. E, por incrível que pareça, embora esteja lá na emenda constitucional constando a constitucionalidade desses tributos, boa parte das liminares é porque não há a declaração do Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade desses tributos. Eu sugeri à Ministra de Minas e Energia e estive também conversando com o Advogado Geral da União no sentido de acelerar essa ação, que já mata a máfia dos juízes que hoje vendem liminares nessas condições precárias, para que possamos botar fim. Então, era essa a contribuição que eu queria deixar e requerer desde já, verbalmente, que, junto com a votação do item 8, que é o requerimento do Presidente da Comissão, Deputado Carlos Santana, fosse apensada a mesma intenção manifesta no meu requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer as palavras do Deputado Luciano Zica. Sua experiência e sua maneira correta de ser vão seguramente contribuir muito para esta CPI. Eu só queria, Presidente, dizer a nossa Assessoria o seguinte: uma das coisas que é fundamental é que, na próxima reunião, se não tivermos respostas a tudo aquilo que foi sugerido de todos os Parlamentares, que tenhamos as explicações de todas as sugestões, conforme o Deputado Luciano Zica disse agora. Sugerir uma metodologia e na próxima reunião vamos dizer o que adotamos e o que não adotamos. A partir da próxima semana, com as audiências públicas, nós já teremos o acompanhamento permanente da Agência Nacional de Petróleo e da Receita Federal nesta Comissão. Vão acompanhar como membros-consultores desta Comissão. E se algum Deputado tiver mais alguma sugestão de acompanhamento, é importante que faça, para que possamos ter o relatório mais completo possível. Eu só tenho um pouco de preocupação, porque o quadro que disponibiliza a Casa para uma CPI é muito pequeno. E nós precisamos ficar atentos porque as informações são muitas e muitas delas reservadas. Dessa forma, Sr. Presidente, nós temos um desafio grande na organização dessa estrutura da Comissão. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Com a palavra o Deputado Carlos Santana e, em seguida, a Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Comissão, a primeira coisa que nós temos que decidir entre nós é que esta Comissão não pode ser desmoralizada. Ela tem um trabalho árduo pela frente. Vários companheiros aqui acompanharam em seus Estados ou vêm acompanhando há vários anos o desenrolar dessa matéria. Por onde eu tenho passado, onde eu tenho conversado com as pessoas, já há uma sinalização de entendimento para essa matéria, não só da forma econômica, como tentam transparecer para a sociedade. Quero dizer isso porque eu fiquei muito feliz quando li essa matéria hoje do jornal *Correio Braziliense*, porque já aponta um caminho da realidade dos problemas que nós vamos passar aqui nesta CPI. Nós temos toda uma carga tributária que é sonegada. E hoje, só na gasolina, perdemos, por sonegação, mais de 3 bilhões e 300 milhões, segundo dados do mês de março do SINDICOM. Sem falar no que acontece com o álcool, que é uma vergonha, pois da própria usina ele sai para ser vendido em postos, sem nem passar por distribuidoras, como acontece no setor de gasolina. Ao mesmo tempo, vamos ter que ter muita paciência nesta Comissão. Eu quero dizer que não estou trabalhando com noventa dias para esta Comissão. Trabalhar com noventa dias é muito pouco, se nós quisermos aprovar um relatório que trabalhe numa nova legislação, porque já tem vários projetos tanto na Câmara como no Senado, e ao mesmo tempo fortalecer o trabalho que o Judiciário vem fazendo, que a Polícia Federal vem fazendo, que as CPIs nos Estados fizeram. Muitas tiveram trabalhos excelentes, mas muitas não conseguiram nem chegar ao seu relatório final. E até os relatórios que muitas fizeram acabaram não tendo efeito concreto no seu Estado de melhoria, alguma coisa faltou. Então, esta CPI pode vir reforçar o trabalho correto que aconteceu nos Estados? Ela pode. Então, por isso nós vamos ter que ter muita paciência. E é um trabalho coletivo, de todos os Parlamentares, porque vai ter companheiro que vai se interessar mais pela questão tributária, o outro, pelo nível de adulteração, o outro, pela questão do óleo, o outro, pelo álcool, porque faz parte da sua realidade, do Estado em que vive. Então é uma CPI que, se todo mundo quiser trabalhar, ainda vai faltar pessoa, além dos seus funcionários. Eu sou da posição de que devemos ter muita prudência no



encaminhamento nosso. É claro que vamos chegar a um ponto de convocar juízes. Eu tenho notícias de jornalistas que estão sendo protegidos judicialmente porque fizeram matérias em relação a esse tema e hoje não conseguem sair de casa. Vamos ter que convocá-los. Ao mesmo tempo, nós também não podemos prejudicar a investigação que a Polícia Federal vem fazendo. Nós temos que também saber como que vamos fazer esse trabalho, porque há todo um processo de investigação da Polícia Federal. Nós não podemos também atropelar esse processo. Nós somos auxiliares desse processo da Polícia Federal. Então, eu vejo que os requerimentos que foram apresentados estão muito juntos uns dos outros. Nós temos que, primeiro, nivelar todas as informações para todos os membros da Comissão. Não pode acontecer de o Deputado Carlos Santana ter uma informação a mais do que um outro Deputado. Nós temos que unificar as informações. Acho que essas audiências públicas primeiras têm esse tem intuito de todo mundo ter a mesma informação. A partir disso, nós vamos que começar a trabalhar. Eu analiso que o primeiro mês é o de audiências públicas; o segundo mês, de visitas, de audiências em alguns Estados onde já houve relatoria, até porque o terceiro mês será de conclusão, e nós não atingimos. Por isso acho que temos que ter essa preocupação, eu acho que nós teremos que ter um trabalho. Eu espero que cada membro da Comissão... Eu, pelo menos, tenho uma postura de diálogo. Qualquer sugestão, ou no plenário ou no gabinete, me procurem ou procurem o Relator ou um membro, para trocar idéia, de repente, para tentar achar um consenso para vir já à reunião com algumas coisas já meio consenso. Isso faz parte do diálogo do dia-a-dia. Se formos ver pelos requerimentos, todo mundo quer a mesma coisa. Então, eu acho que nós estamos no caminho certo. Tem muito trabalho pela frente. Eu quero dizer que esse é meu trabalho zero. Eu sou membro da Comissão de Transportes, já avisei ao meu Presidente da Comissão de Transporte que eu vou lá, mas vou participar muito pouco da Comissão. Então, esse é meu trabalho zero. E sei que alguns companheiros têm esse trabalho como seu trabalho zero. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, Deputado Carlos Santana.

Retorno a Presidência ao Deputado Carlos Santana.



Antes, concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas. (*Pausa.*) A Deputada saiu momentaneamente.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Sr. Presidente, Deputado Carlos Santana, Deputado Paulo Rubem, Sr. Relator, eu quero dizer o seguinte: Presidente, eu penso que nós precisamos ver uma metodologia de trabalho que descentralize. E isso eu queria dialogar aqui com V.Exa., com os colegas, porque especialmente quando nós falamos em combustíveis adulterados, por exemplo, no Rio Grande do Sul, Deputado Pandilha, nós não tivemos uma CPI, a Assembléia não fez CPI, mas a Câmara de Vereadores de Porto Alegre e a própria Assembléia estiveram acompanhando através de outros mecanismos. E é uma sociedade civil muito ativa, um setor muito organizado, que tem fiscalizado a partir inclusive dos próprios varejistas. Santa Catarina tem uma importante contribuição, que é um comitê permanente de fiscalização da qualidade do combustível, com participação de consumidores, de representação dos consumidores também, com técnicos de diferentes setores, universidades participando, com uma atuação integrada e pressionadora da atuação das polícias, para não deixar instalar-se a adulteração dos combustíveis. A Deputada Rose inclusive tem uma proposta de trabalhar com sub-relatorias. Talvez nós pudéssemos, para as regiões também, tentar reunir Deputados das diferentes regiões e trabalhar audiências descentralizadas, porque, se é verdade que essas máfias se instalam em âmbito nacional e que trabalham até com ramificações internacionais, é verdade também que a sua operação é local e que é importante uma mobilização local também em torno do enfrentamento. Então eu queria propor a V.Exa., ao Presidente e ao Relator, que na sistemática de trabalho se previsse trabalhar com a idéia de audiências que possam ser descentralizadas. Obviamente, não queremos incrementar custos na Casa, justamente por isso, inclusive, trabalharmos com Parlamentares de cada região pode ser importante, além das iniciativas que V.Exa. e o Relator estão tomando, de buscar os resultados das CPIs, de buscar o que que houve nessas CPIs locais. Mas especialmente pudéssemos, por exemplo, fazer uma audiência pelo menos na Região Sul, pelo menos na Região Sudeste, dê preferência, inclusive, por Estados. Com esse objetivo, quero me colocar à disposição, tenho certeza de que outros



Parlamentares também, para contribuir com a organização da audiência ou das audiências na Região Sul e nos dedicarmos mais regionalmente para conseguir abarcar o conjunto de questões que o Brasil tem sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Obrigado, nobre Parlamentar.

Deputada Rose.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, encontra-se sobre a mesa dos trabalhos um requerimento, assinado com o apoio necessário de mais de oito Parlamentares inclusive, no sentido de que nós possamos... Eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente, em relação ao trabalho deste CPI especificamente. Em diversas reuniões que nós fizemos inclusive com os nossos companheiros, Deputados e Senadores, que fizeram parte da CPI do Narcotráfico, nós tivemos a oportunidade também de ouvir alguns depoimentos importantes sobre a questão de lavagem do dinheiro, que envolve essa atividade da nossa CPI. Então, eu queria propor que nós trabalhássemos com sub-relatorias, que eu tenho certeza é a proposta de V. Exa. também. Uma preocupação que eu tive para levantar, de que forma seria melhor desdobrar o trabalho da CPI para que pudéssemos aprofundar cada item da nossa investigação, da nossa organização administrativa, inclusive do bom andamento desta CPI? Eu proponho o seguinte: que nós tenhamos uma sub-relatoria do álcool, conforme consta do Requerimento nº 18, que se encontra em nossas mãos; também as concessões e autorizações da Agência Nacional do Petróleo, outra sub-relatoria específica; uma sub-relatoria da indústria de liminares, que hoje é de conhecimento de todo o País, de onde que vêm tantos benefícios que concedem a máfia dos benefícios um enriquecimento absurdo, um desvio, inclusive generoso até na questão do pagamento dos impostos e tudo mais, e a questão também de adulteração dos combustíveis. No sentido do bom andamento do trabalho, também me referindo ao Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, que já foi Ministro, é um homem de larga experiência e respeito nesta Casa, que nós possamos trabalhar descentralizando o trabalho desta CPI para o seu bom andamento. Essa é a preocupação que nós temos. O assunto é diverso, o assunto é grave e o assunto requer, sobretudo, um trabalho ágio, um trabalho concentrado. Acho que isso poderia ajudar. A Deputada Rosário aborda, como o Deputado



Luciano Zica, a questão da regionalização do trabalho. É importante porque, enquanto nós estamos falando nesta CPI, já tem trabalhos, que se encerraram em alguns Estados, que podem contribuir, efetivamente, para dar informações que serão importantes para nós. Também achava de bom alvitre que nós conversássemos com aqueles que em outras CPIs cruzaram com esse tema e tiveram oportunidade de abordá-lo não em profundidade, não da forma apropriada, como nós iremos fazer nesta CPI. Era isso que eu queria colocar para a V.Exa. E faço a proposta no sentido de contribuir para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão. Agradeço a todos, inclusive aqueles que tiveram oportunidade de assinar esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado João Caldas. (*Pausa.*) Não se encontra presente.

Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, eu quero saudar aqui o nobre Relator, Carlos Melles, que não estava na instalação, e desejar a ele todo o sucesso no seu trabalho. Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros desta Comissão, colocadas aqui muitas das experiências em diversos Estados, inclusive, no meu Estado, que realmente nós tivemos dois momentos, Sr. Relator, na Bahia: quando esse tema, primeiro, foi explorado e criou interesse da Comissão de Minas e Energia, que era presidida por este Deputado que vos fala, e lá, nessa Comissão, nós conseguimos levantar indícios e muitos pontos que subsidiaram, *a posteriori*, uma CPI que veio a ser criada logo depois. E foi muito importante essa Comissão, porque naquele momento nós mostramos ao Ministro Rodolfo Tourinho, de Minas e Energia, alguns erros e o próprio Ministro entrou na nossa briga. Conseguimos que, naquela época, o Ministro fizesse com que os postos BR na Bahia abajassem cerca de 11% do seu valor nas bombas, o que fez com que todos os postos da Bahia o acompanhassem. Nós tivemos uma redução de 11% no preço da gasolina, na época. *A posteriori* foi criado, sugerida a criação da CPI, que, a princípio, houve um erro de forma, porque criaram a CPI do cartel para apurar o cartel dos combustíveis em Salvador. E essa CPI, que na época foi presidida também por este Deputado que vos fala, apurou muitas coisas, foi apurar muitas coisas. Inclusive para V.Exa. ter uma idéia, em Salvador nós tínhamos 186 postos,



70% desses postos pertenciam às distribuidoras; os outros eram de particulares. Para terem uma idéia, Sr. Presidente, Sr. Relator, a gasolina saía da PETROBRAS a cerca de 37 centavos, na época, o litro. Depois de adicionado 24% de álcool, essa gasolina ficava por 50 centavos entregue às distribuidoras. E a partir daí, com a sua carga tributária de quase 90%, essa gasolina chegava aos postos a 87 centavos. E iam para as bombas a cerca de 1,8 o litro. Então, nós apuramos nessa época, e inclusive chegamos ao cartel, e nós não podíamos, como disse o Deputado aqui, nós não éramos polícia. Convidamos o Ministério Público para nos acompanhar; o delegado de polícia que tratava desse tema também acompanhou a CPI. Nós conseguimos algumas vitórias, inclusive conseguimos uma ata feita pelo cartel do gás liqüefeito, e terminou com a prisão de quatro comerciantes que faziam parte do quartel. Esse relatório foi enviado ao Ministério Público e estão sendo processadas muitas das pessoas. Agora, o que aconteceu, Sr. Presidente, é que a CPI era para apurar em Salvador. Queriam que todo o Estado. Nós tínhamos limitações. E aí... desvirtuaram. Quiseram naquela época transformar a CPI num movimento político local. Vieram alguns Deputados que pertenciam a essa Comissão, vieram da Câmara de Vereadores. Então, eram alguns Deputados que eram de outros Estados, tinham chegado a Salvador, não conheciam a realidade da Bahia e quiseram transformar isso num fato político muito grande. E outras entidades se envolveram: o Movimento Espírita, o Movimento Gay se envolveu muito nessas coisas, levados por esses Deputados, e a coisa desvirtuou. Esse Deputado que presidia a sessão, não pôde... Pelo tempo que era destinado à CPI, a CPI acabou, e eu não pude, e não posso, como o Presidente não vai poder obrigar a fazer um relatório. Se V.Exa., no final dos trabalhos, não apresentar o relatório, nós vamos ficar impedidos de ter o relatório, mas o Presidente não vai obrigar V.Exa. a fazer, já que por tempo decorrido a CPI acabou. E esses foram os fatos na Bahia. Mas há uma experiência muito grande, fatos relevantes que podem contribuir e eu estou disposto a estar aqui, desde que esta CPI também não enverede pelo caminho que quiseram fazer na Bahia. Era isso, meu Presidente, que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Gervásio.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA – Presidente, colegas Parlamentares, na verdade, eu entendo que nós só vamos fazer bem o nosso trabalho nesta CPI, se



nós formos na raiz do problema. Nós já assistimos, e assisti isso em Santa Catarina e no Brasil, revendedor, dono de posto de gasolina ser execrado pela imprensa, pelo Ministério Público, quando o dono de posto de gasolina não tem acesso a solvente, não tem acesso a comprar direto das refinarias. Enfim, nós temos que procurar o problema, a raiz do problema. A Deputada Maria do Rosário colocava há pouco, e aqui está presente o Presidente do Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade de Combustíveis, que iniciou em Santa Catarina, em 99, como Comitê de Qualidade de Combustíveis. Esse órgão, que é um órgão não-governamental, já fiscalizou mais do que os órgãos oficiais de fiscalização; já levantou mais problemas no setor, principalmente no que se diz da qualidade do produto; já fez fiscalizações junto com Secretaria da Fazenda, com PROCON, enfim, e levantando uma série de problemas que os órgãos oficiais de fiscalização nunca levantaram. Por isso, Sr. Presidente, eu estou apresentando, protocolei agora aqui na Comissão, um requerimento aonde eu entendo que nós devemos fazer uma audiência com os representantes de diversos segmentos do setor de revenda e distribuição de combustíveis, aquela banda boa do setor, aquela que vai realmente fornecer subsídios à CPI para que possa trabalhar, que é o SINDICOM, a BRASILCOM, a FECOMBUSTÍVEIS e o próprio Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade de Combustíveis. Eu tenho certeza de que, no momento em que nós dermos a oportunidade ao Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade de Combustíveis apresentar a esta Comissão os problemas que já detectou no setor, desde a refinaria até a revenda, vamos ter muitos subsídios para poder trabalhar. Na verdade, conheço o setor de perto, posso afirmar isso aqui, como é que começaram as falcatruas no mercado? Começaram no momento em que se abriu o mercado onde existiam sete distribuidoras, hoje são duzentas e poucas, e parte dessas distribuidoras não tinham a estrutura necessária para sobreviver no mercado, e começou a adulteração. Nós ouvimos outros dia na audiência pública da Comissão de Minas e Energia o Ministério Público dizer que não entendia o porquê de numa cidade os preços serem iguais. Ora, se for um centavo de diferença de um posto para outro, o consumidor procura o preço mais baixo. Por isso não é difícil que 40, 50, 100 postos de gasolina mudem o preço no mesmo dia e passem a praticar o mesmo preço para segurar o consumidor. E aí o que acontece, Sr. Presidente? Vem o produto adulterado, vem o produto com sonegação fiscal, puxam o preço para



baixo, vários... Foi dito aqui naquela reunião “Cidades” onde um terço dos postos trocaram de dono, de proprietário num período muito curto, e aí começa a prostituição do mercado. Tenho certeza de que tanto os dirigentes do SINDICOM como os da BRASILCOM vão dizer aqui que tiveram de trabalhar com prejuízo em certas praças, com produto sem adulteração e sem sonegação fiscal, para poder manter a galonagem de venda frente ao produto adulterado ou com sonegação. Então, eu entendo que, ao ouvirmos esses segmentos, tanto o SINDICOM, que é a entidade das distribuidoras, das maiores; BRASILCOM, que é a entidade das distribuidoras regionais... E me assegurou o Presidente da BRASILCOM, que esteve naquela audiência pública, que para se associar à BRASILCOM não se associam distribuidoras regionais que tenham liminares ou que tenham problema de produto adulterado. Então, por isso eu afirmei aqui que é a banda boa, porque estou afirmando isso com base nas palavras do Presidente da BRASILCOM. E o próprio Comitê Sul-Brasileiro, como o Gil Siuffo, que é Presidente da FECOMBUSTÍVEIS, que é a Federação Nacional dos Postos Revendedores. Entendo que isso é uma prioridade, além da ANP, além da própria PETROBRAS, através da refinaria, porque... O que eu entendo que nós precisamos se quisermos acabar com a falcatrua do setor? Precisamos ter uma legislação que respalde a ação dos órgãos fiscalizadores; precisamos ter uma legislação que, quando a PETROBRAS se negar a entregar a quota de uma distribuidora que tem problema, ela possa fazer isso, não tenha de entregar isso através de liminar. Então, Sr. Presidente, esse requerimento é da máxima importância, porque as pessoas que aqui virão certamente oferecerão muitos subsídios para que os colegas Parlamentares possam exercer seu trabalho nesta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Passando agora para os requerimentos, primeiro é o Requerimento nº 23. Como diz a norma, o Regimento Interno, no art. 52, § 5º, como foi conseguido um terço do requerimento, a votação se tornará nominal. Então, vamos fazer uma votação nominal. O requerimento, para inclusão na pauta, da Deputada Rose de Freitas. Então, vamos passar direto à votação.

Deputado Bassuma.

O SR. DEPUTADO BASSUMA - Voto a favor, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Acho que esse requerimento ainda não foi bem discutido para ser colocado em votação. De que se trata? Se essas sub-relatorias, se relacionadas ao tipo de combustível ou se seria regionalização da Comissão? Isso não entendi e queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Desejo dar uma explicação: esse requerimento é só para colocar na pauta. Depois é que vamos discutir o requerimento em si. Só inclusão.

Deputado Carlos Santana, “sim”.

Deputado Luciano Zica.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Carlos Melles.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Marcos Abramo.

(Pausa.) Não se encontra.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO – Encontro-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO - Queria só citar no meu requerimento, queria retirar de pauta o quinto, pois o mesmo o Nelson Marquezelli refez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Marcos, ajude o Presidente. Nós ainda não estamos na fase. Estamos votando para ver se o requerimento entra na inclusão de pauta ou não, para depois... Gostaria de saber se V.Exa. concorda ou não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO - Sim, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Paes Landim.

(Pausa.) Ausente.

Deputado André Luiz. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – “Sim”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Borba. É importante falar no microfone para ficar registrado, por favor. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eduardo Gomes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Rafael Guerra. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Rose de Freitas. *(Pausa.)*

Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Iris Simões. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Nelson Marquezelli. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Jaime Martins. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Dr. Evilásio. *(Pausa.)*

Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Deputada Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Deputado Professor Irapuan Teixeira.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Suplentes, agora. Do PT, não, porque todos os titulares estão aqui. PFL só tem uma vaga. Gervásio.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – O PMDB tem duas vagas. Vamos ver.

Deputado José Divino. *(Pausa.)*

Deputado Marcello Siqueira. *(Pausa.)*



Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – PSDB, duas vagas.

Deputado Alexandre Santos. *(Pausa.)*

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado João Campos.

PPB completo. PTB, duas vagas.

Deputado João Magalhães. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – Sr. Presidente, estava em outra Comissão, André Luiz, PMDB, do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Para informar, Deputado André, trata-se de um requerimento de inclusão de pauta e, como V.Exa. não estava presente, já foi lido seu nome. Então, V.Exa. permaneça aqui, porque tem outras votações. V.Exa. não respondeu, vota sim ou não?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – O PTB tem uma vaga. Ricarte de Freitas. PL tem uma vaga. Maurício Rabelo. Miguel de Souza. Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Peço desculpas, porque estava fora. V.Exa. poderia explicar do que trata o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Esse requerimento é para inclusão na pauta dos Requerimentos nºs 18, 19, 20 e 21, da Deputada Rose.

(Não identificado) - De que tratam?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Da criação de Subcomissões, sub-relatorias, desculpe-me, mas nós vamos discutir depois se inclui ou não.

(Não identificado) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – PCdoB, Jandira também não se encontra. PRONA já encerrou.

Foi aprovado o requerimento.

Vamos passar. Os primeiros requerimentos foram do Deputado Marquezelli.



O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Assumi um compromisso com o Deputado Marquezelli de que subscreveria o requerimento e o faço, para garantir a votação, já que S.Exa. teve de sair sem tempo para votar. Subscrevo então conjuntamente com o Deputado Marquezelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Primeiro o requerimento do Deputado Marquezelli, subscrito pelo Deputado Luciano Zica, que convida para participar de audiência pública o Sr. José Carlos Blat, Promotor Público do Estado de São Paulo. Encaminho e passo a palavra ao Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, queria aproveitar, para economizar tempo, e fazer nessa única fala a defesa dos três primeiros requerimentos, se o senhor me permite. Primeiro, do Dr. José Carlos Blat, que tem exercido um papel importante na fiscalização das fraudes dos combustíveis no Estado de São Paulo e, portanto, tem uma contribuição importante a trazer a esta Comissão. Mas gostaria de na mesma linha vêm os requerimentos seguintes, convidando membros das Assembleias Legislativas do Estado de São Paulo que participaram de uma CPI naquele Estado. E o terceiro requerimento convida, e queria na defesa já deixar uma proposta, quem deveria ser o primeiro expositor nesta Comissão, que é o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo e sua equipe de trabalho. Então, já queria pedir aprovação aos nobres pares destes requerimentos com essa sugestão de que a primeira audiência, se possível, contemple o agente fiscalizador, a quem atribuímos essa responsabilidade, o Diretor-Geral da ANP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar direto para a votação. Requerimento nº 1. Aqueles Deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não. Nós vamos... Requerimento por requerimento. O Requerimento nº 1 é o que convida o Sr. José Carlos, Promotor Público do Estado de São Paulo. Agora vamos fazer o Requerimento nº 2. É certo que S.Exa. fez um discurso já tentando aprovar, só que eu não posso. Regimentalmente tenho de votar requerimento por requerimento. S.Exa. defendeu três em um. Que convida para participar da audiência pública os



Deputados Estaduais Arnaldo Jardim e Edmir Chedid, do Estado de São Paulo. Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento nº 3, que convida para participar de audiência pública o Embaixador Sebastião do Rego Barros, Diretor da Agência Nacional de Petróleo. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento nº 4, do Deputado Bassuma, que solicita a instalação da linha telefônica, já foi...

O SR. DEPUTADO BASSUMA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - ...da linha telefônica 0800 para receber denúncia da CPI dos Combustíveis. Ao Deputado Bassuma.

O SR. DEPUTADO BASSUMA - V.Exa já informou no início, fico muito feliz, porque já nos forneceu o número, 0800619619. Agora, só queria pedir a V.Exa., já que a CPI está iniciando, que evidentemente toda a estrutura que acompanha esse número esteja orientada devidamente que deve receber outros tipos de ligações de outros assuntos. Então, que tenham um cuidado específico as pessoas que coordenam esse número, já que não é só para a CPI, entendi isso. Mas temos de ter cuidado especial para que alguma informação que venha para cá, pode ser uma informação da mais absoluta importância e confidencialidade, que esse 0800 forneça seu papel. Então, peço a V.Exa. que tenhamos esse cuidado junto à estrutura do número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – V.Exa. retira seu requerimento?

O SR. DEPUTADO BASSUMA - E com isso, evidentemente, estou retirando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bem. O Requerimento nº 5 é idêntico ao terceiro. Gostaria que o Deputado Marcos Abramo...

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO - Gostaria que retirasse de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Requerimento nº 6, do Deputado Marcos Abramo, que requer a convocação dos Inspectores das Alfândegas dos Portos da Receita de Santos, Dra. Diva; do Rio de Janeiro, Dr. Murilo Amaral; do Ceará, Dr. Givaldo; de Paranaguá, Dr. Mário; de Vitória, Dr. João. Ao Deputado Marcos Abramo.



O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO - Gostaria, Sr. Presidente, caro Relator, que viessem justamente essas pessoas para esclarecer em relação à Receita, porque, em São Paulo, um exemplo, foi ali a Polícia Federal e encontrou um *container* cheio de solvente de borracha. Será que a Receita não tem esse conhecimento do que entra nos portos de outros países? O que entra e sai? Então, é justamente esse requerimento para que eles possam esclarecer com maior profundidade à Receita da entrada e da saída dos portos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Encerrada a discussão. Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Queria passar a Presidência para o nobre Deputado Rubem.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, para uma questão de ordem, antes da fala do Deputado Carlos Santana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Pois não, Deputado Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – É uma dúvida do ponto de vista constitucional e regimental. Nossa Comissão, ela convida ou convoca?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Segundo nossa Assessoria, embora alguns de nós já saibamos, ela tanto convida quanto convoca. Nós entendemos — e aí, se não for esse o entendimento da maioria, nós o acompanharemos — que a atitude convocatória não é uma atitude que, de per si, atente contra a pessoa a quem se convoca. Ela é específica e própria dos trabalhos de uma CPI, que tem poderes específicos de autoridade judicial. Então, o que numa Comissão Permanente pode ser entendido como algo não muito flexível, para a CPI, é de praxe normal que ela convoque. Requerimento nº 7, do Deputado Carlos Santana, que convida para participar de audiência pública o Dr. Cláudio Nogueira, Delegado de Polícia Federal. Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares, o Deputado Cláudio Nogueira foi um Deputado que debruçou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Delegado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Delegado. O Delegado Cláudio Nogueira é um Deputado... é um Delegado que se debruçou, por vários anos no Rio



de Janeiro, em conexão com o Estado de São Paulo, sobre a questão da máfia do óleo, um viés que nós também temos que trabalhar. É uma pessoa que fez investigação profunda. Existe hoje um relatório completo de tudo que foi feito e eu vejo que essas investigações têm muito a ver com o Brasil todo; aonde tem porto, temos esse problema. Então, gostaria de convocá-lo. Vou fazer um convite para ele estar aqui nesta CPI, o mais breve possível, para que nos esclareça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, Deputado. Algum Deputado quer fazer uso da palavra na discussão? Não? Então, encerrada a discussão, passamos à votação do Requerimento nº 7, de autoria do Deputado Carlos Santana. Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado o requerimento. Voltamos...

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Não. O Requerimento nº 8 também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Desculpe. Requerimento nº 8, também do Deputado Carlos Santana, que requer sejam convidados para participar de audiência os senhores Presidentes do SINDICOMB, Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso do Sul, bem como também o Presidente do SINDICOM, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes. Para encaminhar, com a palavra o Deputado Carlos Santana, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Antes de o Deputado Carlos Santana falar, eu queria fazer um pedido. Não seria um requerimento, mas um pedido de aditamento: se no Requerimento nº 8 — o que eu consulto e peço ao Deputado Carlos Santana — não poderíamos incluir, até para economia dos trabalhos, a convocação ao Presidente da FECOMBUSTÍVEIS — Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes, já que nós estamos convidando presidentes dos sindicatos das distribuidoras. Então, seria interessante



que convidássemos também o Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis, já que engloba cerca de 30 mil revendedores varejistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Aceito o aditamento. Acho que só vai abrilhantar nosso debate. O Gil Siuffo é uma pessoa que tem trabalho específico nessa área; o SINDICOM vai vir aqui levantar todos os dados para nós. Então, para nós, vai ser extremamente importante e, da minha parte, não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, pela ordem. Queria tirar uma dúvida. Se essas convocações, elas vão colocar no mesmo... na mesma sessão, Deputado Carlos Santana, os varejistas, atacadistas ou essas reuniões vão ser separadas, de cada setor desse; vai-se fazer no mesmo dia ou vão ser separadas as sessões?

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Depois é que nós vamos... Até porque temos que saber a disponibilidade de cada um. Mas é evidente, vamos depois, junto com o Relator, definir como vai ser a organização do trabalho no dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Antes de atender ao pedido do Deputado Zica e do Deputado Gervásio, a Assessoria está lembrando que, embora haja um entendimento aceito pelo Deputado Carlos Santana, é exigência do Regimento que se faça um requerimento. E nós, então, sugerimos que seja feito agora, extrapauta, com o apoio da maioria dos Deputados, para que nós possamos, com a adesão prevista no Regimento, já deliberarmos na próxima reunião.

Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Eu queria apelar para a compreensão, eu não sei se a leitura do Regimento, aí, não está um tanto radical. Nós estamos cansados de aprovar, em outras sessões, aditamentos ou emendas. Seria como uma emenda ao requerimento, que poderia ser apresentada pelo Deputado e acolhida. Dentro do espírito de colaboração e já discutindo um pouco o requerimento do Deputado Carlos Santana, eu gostaria de propor nesta linha, até que fossem organizadas audiências em separado, na linha do que propôs o Deputado João Caldas, mas esse é outro momento. Agora, é a aprovação do requerimento. Eu



gostaria de, na linha de contribuir com a experiência inclusive dos sindicatos e federações, que têm muitos casos, o caso, por exemplo, do RECAP, em Campinas, que atende à região e tem inclusive um sistema de fiscalização próprio importante, e aditá-lo com um convite ao Presidente do RECAP, para que faça parte, numa Mesa, com a experiência da Federação e dos sindicatos. A outra Mesa pode ter o Presidente do SINDICOM ou o representante da PETROBRAS, enfim, convidados de outros requerimentos aprovados. Eu até queria propor que fizéssemos uma reunião, que não precisaria ser uma sessão da Comissão, em que fizéssemos uma organização da metodologia de trabalho com as etapas de depoimentos, o que poderão ser mais produtivos. Eu, por exemplo, quando propus Sebastião Rego Barros, Diretor da ANP, foi com o pensamento de que a ANP tem a tarefa de fazer as concessões, de fiscalizar. Não que desconfiemos da ANP, mas com o objetivo de balizar a Comissão com relação aos procedimentos que ela tem adotado, para que, a partir daí, possamos proceder ao nosso trabalho com maior eficácia. Então, eu queria apelar nesse sentido. Senão, nós podemos fazer aqui, pedir a alguém que providencie a elaboração dos requerimentos com o aditamento proposto. Mas queria deixar mantida, então, a proposta da possibilidade de fazer verbalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, Deputado Luciano Zica.

Com a palavra o Deputado Gervásio Silva.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA – Eu entendo que, ainda aproveitando a colocação do Deputado Zica, primeiro, temos que limitar o número de expositores por sessão da Comissão. Não adianta nós colocarmos aqui, como expositor, a revenda, distribuição, o Ministério Público e os órgãos de fiscalização. Eu entendo que a agenda de audiências para ouvir as pessoas que foram convocadas, elas precisam ser previamente acertadas com o Relator. E eu estou vendo aqui o requerimento do Deputado Carlos Santana, nosso Presidente... Por exemplo, este requerimento que eu apresentei, vai-se colocar o SINDICOM, a FECOMBUSTÍVEIS, e a BRASILCOM, isto é, as entidades que formam a cadeia de distribuição e revenda. Quando formos falar de liminares, aí, sim: Ministério Público, Judiciário, o delegado; de órgãos de fiscalização, a ANP, enfim, a organização das audiências é



muito importante para que tenhamos melhor produtividade nos trabalhos da Comissão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Nobres colegas, só quero frisar que, para montarmos esse cronograma, é preciso, primeiro, aprovar os requerimentos. Primeiro, estamos aprovando o requerimento. Todo mundo vai ter essa preocupação, mas os requerimentos têm que chegar. Então, esses foram os requerimentos que chegaram à nossa Secretaria em tempo hábil e o requerimento da Deputada Rose, que conseguiu regimentalmente a aprovação e que nós vamos discutir posteriormente. Então, só se pode montar esse cronograma depois que os requerimentos chegarem. A partir disso, nós vamos ter essa preocupação de não estar misturando setores diferentes nas audiências públicas, e até também não fazer audiências públicas com muitas pessoas. Isso, é claro, que é uma preocupação de praxe, mas primeiro tem que ter os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Bom, vamos retomar a ordem da pauta. Requerimento nº 8, apresentado pelo Deputado Carlos Santana. No entendimento dos Deputados, foi acolhida a proposta de que também seja convocada a Federação do Comércio de Combustíveis e o RECAP, da região de Campinas. Na sessão seguinte, o Deputado Carlos Santana, Presidente desta Comissão, irá encaminhar aos demais Deputados ausentes a justificativa do entendimento da maioria dos membros desta Comissão. Então, nos termos em que foi apresentado o Requerimento nº 8, do Deputado Carlos Santana, que requer sejam convidados para participar de audiência os Srs. Presidentes do SINDICOMB, Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes, dos Estados já lidos, e do SINDICOM, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras, com os adendos propostos pelos Deputados e já, no entendimento da maioria, acatados. Passa-se à votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento. O Deputado Carlos Santana retoma a Presidência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Vamos agora à votação do Requerimento nº 18, da Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, pela ordem. Eu entendo perfeitamente a intenção da Deputada Rose de Freitas. Estava aqui ponderando com ela a minha visão. Eu não tenho segurança hoje para votar a natureza de um possível desmembramento da relatoria. Eu gostaria de poder dar uma pensada, uma estudada, inclusive diante das questões que estão colocadas, porque eu tenho hoje um sentimento, por exemplo, de que se for para fazer uma sub-relatoria, uma relatoria auxiliar ao nosso Relator, talvez fosse mais interessante regionalizar, já que as fraudes se interligam sobremaneira em muitos casos. Por exemplo, a fraude do álcool no Estado de São Paulo atinge hoje patamares de 80%. Boa parte dela vai na sonegação fiscal; a outra, em mistura indevida na gasolina, que é levada a efeito por agentes do mercado, que estão na outra ponta da investigação; ou o comércio irregular com liminares ou as viagens virtuais pelas diferenças de alíquotas de ICMS. O jornal O Estado de S. Paulo, há duas semanas, publicou matéria muito oportuna sobre essa questão, que demonstrava: o Estado de São Paulo cobra 25% de ICMS, a Bahia cobra 7%, então, a nota fiscal do álcool de São Paulo viaja para Bahia, mas o produto não sai de São Paulo. E há uma brutal sonegação. Então, são ações interligadas. Então, nesse sentido é que eu queria ponderar com os companheiros e, particularmente, com a minha amiga Deputada Rose de Freitas, no sentido de que nós pudéssemos ter um sentimento mais consolidado, porque acho que é muito complicado criarmos sub-relatorias restritas a um âmbito como esse e, depois, descobrir que melhor teria sido outra formulação. Eu acho importante a idéia, porém, ela poderia ser melhor amadurecida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, quero aqui ir também na mesma linha e, talvez, até um pouco mais além do que disse o Deputado Luciano Zica, e também em consideração ao Relator, que certamente nos acompanhará no raciocínio e nos trabalhos que se seguirão quanto à necessidade ou não da criação de sub-relatorias. Todos nós já participamos ou acompanhamos diversas Comissões Parlamentares de Inquérito aqui ou em outras casas estaduais



e sabemos que em alguns momentos até o próprio Relator solicita que parte do seu trabalho seja transferido conjuntamente para Sub-Relatores. Eu gostaria, atendendo à iniciativa da Deputada Rose de Freitas — se me couber —, de pedir vistas do requerimento, para que, durante os próximos dias, em diálogo com o Relator e com a própria Deputada, nós, então, pudéssemos amadurecer e, até de forma mais clara, entender a forma de criarmos sub-relatorias, se será, do ponto de vista temático, para o álcool, para adulteração, etc., etc., ou para regionalidade, como já tocou aqui, me parece, a Deputada Maria do Carmo. Eu, se me couber fazê-lo, peço vistas, sem prejuízo dos Deputados que também querem falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, eu votei a favor do requerimento, mas, quanto ao mérito, tenho posição idêntica à do Deputado Zica. E, vou mais além, acho que nós esvaziáramos o Relator e tiraríamos a concentração da organização do trabalho. Para aproveitar, talvez, o interesse da Deputada Rose, essas Subcomissões poderiam ser como um desdobramento de trabalho, por exemplo, se a CPI viajar a Estados para tratar do cartel, essa Comissão iria rever a questão do cartel. Se o Relator não puder ir, pelo menos essa Subcomissão, se for à Bahia ou a São Paulo para cuidar de assunto específico, adulteração, que envie relatório para que o Relator tenha mais ou menos idéia do que se discutiu. Mas, se fracionarmos a relatoria, acho que vamos dificultar o trabalho da Comissão. Acho que a concentração é muito mais própria para se discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, sugiro, Sr. Presidente, que ouçamos o Relator sobre o assunto e, em seguida, a Deputada Rose, que já conversou com os companheiros de plenário, já tem um sentimento sobre isso. A posição do Relator e a dela, em seguida, podem até nos ajudar no encaminhamento da matéria. Então, essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – O Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Primeiro, quero dizer que concordo com as ponderações dos colegas Parlamentares, a quem agradeço. Indago à colega Deputada Rose se ela concorda. Eu sou muito democrático por natureza, e não



tenho nenhum receio de fracionar, de... Minha dúvida é esta: se fazemos uma divisão temática ou regionalizada. Eu não tenho certeza de nenhuma das duas, não tenho segurança. Segundo ponto: a primeira coisa organizada que eu vi sobre combustível foi a CPI de Pernambuco e, curiosamente, ela se aprofundou muito na questão tributária, desde a substituição tributária aos tributos como um todo. E tem participantes dela aqui. Eu cheguei quase a sugerir que nós adotássemos mais ou menos essa metodologia. Mas pensei: "Quem sabe, eu estou indo com o milho, o pessoal já tem o fubá pronto, eu vou querer entender mais do que reinventar a roda." E, como mineiro, sou cauteloso. Amanhã, vou passar a tarde na ANP, por ter concordado com a visão do Deputado Luciano Zica. Eu acho que a concentração e a visão metodológica dos nossos trabalhos têm que vir pela ANP e estamos tendo o cuidado de não errar na estrutura de funcionamento da Comissão, para que, depois, a conjuntura não faça a estrutura ser pecaminosa neste primeiro momento. Como não conheço do assunto, vou respeitar muito a opinião dos companheiros que estão aqui e que vivem o problema, mas pode cada um ter sua visão e seu ângulo e acabamos não tendo a cadeia como um todo. Dessa forma, se os companheiros e, sobretudo, a nobre Deputada concordar, talvez, depois de meia dúzia de audiências no rumo da ANP e do SINDICOMB, os principais atores desse processo, nós pudéssemos vislumbrar qual é a melhor forma de estabelecermos a sub-relatoria, com o que ficaria muito agradecido, porque colaboraria muito com o Relator. Eu não tenho a pretensão, obviamente, de fazer um relatório. O relatório só vai ser bom se nós o fizermos juntos. Então, eu também concordo em pedir um pouco mais de tempo. Achava que talvez viesse daqui a estruturação da Comissão, e tanto eu como o Presidente temos a obrigação de conduzir isso de forma muito democrática. Eu, por exemplo, no requerimento do nosso Marcos Abramo, meu colega lá de São Paulo, eu não chegaria à profundidade de ver, mas entendo que, se existe, nós vamos chegar e dar oportunidade para que todos tenham sua vontade e sua determinação aqui satisfeita no sentido das audiências. Entendo que, para a ANP, deveríamos reservar um dia inteiro e esgotar, porque viria a diretoria dando a visão toda, que ela obviamente tem a obrigação de nos dar. Então, agradeço ao Presidente a oportunidade, agradeço aos companheiros que entendem que uma



subdivisão, agora, talvez não fosse o melhor. E peço a compreensão da Deputada Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Sr. Relator, a intenção ao elaborar esses requerimentos foi exatamente de colaborar para que o trabalho desta CPI fosse o mais profundo possível, mais coerente com a necessidade das informações. São muito específicos os temas, são abrangentes. Em determinado momento, essas informações acabarão se cruzando. Precisamos ter a capacidade de dividir esses assuntos, exatamente para que V.Exa., com essa tarefa, que, tenho certeza, será difícil, árdua, complexa, possa ter uma relatoria à altura da gravidade e da importância desta CPI. Eu quero aceitar as ponderações de V.Exa., não só pelo jeitinho mineiro de falar sobre o fubá, aquele fubá, e do milho — a história velha que nós temos lá na nossa Minas Gerais —, mas dizer também que essas propostas foram síntese do pensamento de muitos companheiros desta Comissão. No entanto, quando V.Exa. pondera a necessidade de ouvir um pouco mais para, quer dizer, caminhar um pouco mais para, na frente, nós adequarmos uma proposta ideal, eu tenho que, no mesmo sentido democrático de V.Exa., aceitar essa ponderação. Aceitar até porque eu tenho certeza que V.Exa., como é, conheço-o bem, fará o mesmo que estamos tentando fazer: aperfeiçoar, encontrar um caminho mais adequado para que nossas diligências, nosso trabalho seja mais profícuo e eficaz. Então, eu queria também só pedir ao Sr. Presidente que faça a retirada de pauta, vou subscrever o requerimento, para que possamos discutir, então, depois de alguns depoimentos e informações mais adequadas, para que possamos apresentá-lo novamente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Gervásio Silva.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, já falando dos próximos requerimentos da Deputada Rose, eu entendo que a CPI só vai buscar um resultado positivo se avaliar a questão do álcool, as concessões e as autorizações, aquilo que eu falava há pouco: distribuidora que só tem escritório e bloco de nota fiscal não pode ser distribuidora, só telefone, a indústria de liminares e adulteração. Agora, quero concordar com o



Relator, como isso vai ser feito, o futuro, os próximos dias, as próximas semanas de trabalho aqui vão possibilitar ao Relator escolher ou sugerir o caminho. Agora, o foco da Deputada Rose nesses requerimentos foi perfeito, porque cada tema desse aqui vai ser um tema importante, cada assunto desse aqui vai ser um assunto que a Comissão vai ter que realmente verificar. E esses temas, o foco aqui de cada setor vai ter que ser analisado ou vai ter que ser investigado de forma isolada. Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Sr. Presidente, nobres colegas, eu acho que a Deputada Rose teve iniciativa espetacular no sentido dos requerimentos da implantação das sub-relatorias. Vejo que, no andar da carruagem desta Comissão, nós vamos ter diversos problemas e tenho certeza de que nós vamos ter que dividir as obrigações. Eu acho que é um peso para o Relator: ele, mantendo a relatoria de toda maneira junto com a Presidência, arcando com toda a responsabilidade desse tipo de contato com as pessoas que vão estar aqui como convidados; outros vão estar falando perante a Comissão através de requerimento, pessoas que cometeram até crimes. Então, eu inclusive tenho outro fato que eu gostaria até de incluir como sub-relatoria: é a questão dos grandes consumidores no Brasil, que ainda não foi discutida. É um dos gargalos da questão dos desvios de combustível, da sonegação de impostos, usando o nome de grandes consumidores. Eu vi agora a Deputada Rose retirando os requerimentos sobre essa questão, mas eu gostaria de pedir a S.Exa. que mantenha seus requerimentos e pondere ao nosso Relator para que mantenha ao seu lado três, quatro, cinco Sub-Relatores, dando respaldo ao Relator e aos assuntos pertinentes, aonde vão ser debatidos. Com toda certeza, os Sub-Relatores vão ajudar o Relator, a Presidência e esta Comissão a desenvolver um melhor trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero primeiro agradecer à Deputada Rose. Nosso espírito não é o de impedir a existência da sub-relatoria. A grande questão é o momento. O Relator pediu para ter, primeiro, um acúmulo de no máximo 6, 7 sessões, e nós vamos trabalhar. Então, quero agradecer a retirada momentânea do requerimento e, na próxima reunião deliberativa, depois da



discussão, poderemos retornar novamente a esse requerimento. Deputado Bassuma e, depois, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO BASSUMA - Muito breve, só para contribuir, Sr. Presidente. Alguns requerimentos que foram aprovados hoje, felizmente, têm já esse caráter nacional, começando pelo da ANP e pelo requerimento de V.Exa. também, que já dá muito dessa conotação inicial de tomada de situação por todos os Parlamentares que acompanham esta Comissão. Acho que, para o início, até à reunião que vai ser feita *a posteriori* para definir a metodologia, os requerimentos não fugiram muito. Teria preocupação se começássemos a focalizar especificidades desde logo, porque o Brasil é grande e a questão é complexa. Então, há as duas coisas: a regionalidade e a complexidade do assunto. Eu quero só dizer que, pela experiência que tive na malfadada CPI da Bahia, que foi um ano de batalha, eu acho que, no decorrer do nosso trabalho, da própria necessidade, o volume de acontecimentos vai fazer com que a própria Comissão vá precisando até montar a Subcomissão, e aí não em todos os Estados. Tem Estados que tiveram avanços significativos e que têm que fazer trabalho paralelo. Não pode a Comissão toda se dirigir para lá, seja pela questão do custo, seja pela questão da demora em relação aos prazos. Então, eu quero encerrar minha participação dizendo que certamente isso acontecerá para que, durante os 90 dias, nós possamos avançar. Mas, para este início, temos que fazer aquilo que preocupa V.Exa.: a uniformização inicial, neste debate, das coisas nacionais e, no decorrer do processo, as necessidades vão mostrando, quase naturalmente, a formação das Subcomissões, para trabalharem paralelamente e chegarmos ao final com uma solução nacional que abranja todos os pontos. E entendo, na minha avaliação aqui, por exemplo, na Bahia, que tem todos os problemas, mas tem o cartel forte. Eu entendo que o cartel entra na questão da máfia porque a combinação de preço que é criminosa. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O último Deputado, Ricardo Barros. Mas, antes, gostaria de dizer que a Ordem do Dia já se iniciou. Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Brevemente, eu queria apenas louvar aqui a atitude do Relator em aceitar a oferta de colaboração dos colegas da Comissão no desenvolvimento dos trabalhos; dizer que a Deputada Rose, na minha



visão, focou adequadamente os segmentos que deveriam receber atenção especial de sub-relatorias, mas evidentemente, como nem todos os companheiros aqui têm afinidade com a matéria, provavelmente, chegaremos a essa conclusão no conjunto da Comissão mais adiante. Então, também louvo aqui a atitude da Deputada Rose, que retira os requerimentos para apreciação oportunamente, e digo que o Paraná também já fez sua CPI dos Combustíveis. Nosso Estado, Sr. Presidente, já tem um relatório no Paraná, na CPI dos Combustíveis, que nós vamos trazer para apreciação do Relator e conhecimento dos colegas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Aviso aos Deputados que nossa primeira audiência pública vai ser na quarta-feira que vem. E, em entendimento com o Relator, o primeiro convocado vai ser o SINDICOM e a Federação, os dois juntos. Depois, a Federação Nacional dos Combustíveis. Então, o SINDICOM e a Federação Nacional dos Combustíveis, mas o

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA - Eu gostaria de sugerir a V.Exa., se vem a Federação e o SINDICOM, que sejam convidados o BRASILCOM e o Comitê Sul-Brasileiro de Qualidade de Combustível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, mas aí é muita gente, não tem...

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA - Mas a BRASILCOM, pelo menos, que é a entidade das distribuidoras regionais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não dá... é só fazer um requerimento que nós convocamos.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA - Não, o requerimento eu protocolei agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, mas aí tem que ser regimentalmente. Tem que ter um terço de Parlamentares, da mesma forma... E nós também não podemos votar agora, porque a Ordem do Dia já começou. Qualquer votação nossa agora cairia, em decorrência da Ordem do Dia...

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA - Tudo bem, Sr. Presidente. Se V.Exa. me permite, se não trouxermos a BRASILCOM agora, nós vamos depois trazê-la para falar sobre o mesmo assunto que vai ser falado na quarta-feira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Depois, conversamos com o Relator a respeito do seu pedido...

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA - Quero sugerir e solicitar ao Relator, porque nós vamos eliminar o mal de ânسيا, porque o assunto é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Então, quarta-feira, às 14h. O número do plenário vai ser avisado depois em seus gabinetes. Obrigado e bom resto de dia de trabalho.